



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DE MINAS GERAIS

PROVA OBJETIVA

EXAME DE ORDEM - AGOSTO / 2004

INSTRUÇÕES

. É vedada a utilização de: aparelho eletroeletrônico, receptor ou transmissor de qualquer tipo de mensagens, calculadora, agenda eletrônica, telefone celular, bip, gravador, fones de ouvido, *walkman*, *discman*, *palm top* e similares.

. Antes de responder às questões, **LEIA COM ATENÇÃO O QUE SE PEDE EM CADA UMA DELAS.**

. Use como rascunho a **Folha de Resposta** reproduzida no fim deste caderno.

. Durante a realização da prova, **NÃO SERÁ PERMITIDO QUALQUER TIPO DE CONSULTA** nem comunicação entre os candidatos.

Ao receber a Folha de Respostas:

. **NÃO ESCREVA NADA NA MESMA.**

. Assinale somente **uma** letra em cada questão.

. Qualquer identificação na **Folha de Respostas**, **ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA.**

Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

. **Use apenas caneta esferográfica, azul ou preta.**

. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área correspondente à letra que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à esquerda ao ponto lateral à direita.

. **NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.**

. A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada nem rasurada.

. Não use qualquer corretivo.

. Ao terminar, entregue ao aplicador de provas sua **Folha de Respostas**, preenchida, e o caderno de provas.

. O tempo destinado à prazo previsto para a realização da prova está incluído transferência

das respostas para a **Folha de Respostas**.

. Só será permitida a saída de candidatos após decorridas **DUAS HORAS** do início da realização da prova.

. **NÃO** será permitida a permanência de candidatos no prédio após o término da prova.

DURAÇÃO DA PROVA: QUATRO HORAS

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

01. No Processo Disciplinar é **CORRETO** afirmar que a pena de Censura é aplicada ao profissional que

(A) fizer, em nome do constituinte, e sem sua autorização por escrito, imputação a terceiro de fato definido como crime.

(B) solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta.

(C) incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional.

(D) reter abusivamente ou extraviar autos recebidos com vista ou em confiança.

02. Sobre o exercício da profissão de advogado, é **CORRETO** afirmar que a incompatibilidade

(A) determina a proibição total (do exercício) da advocacia.

(B) decorre de resolução da OAB.

(C) não obsta o exercício da advocacia, quando em causa própria.

(D) decorre de obstáculos físicos do profissional.

03. Marque a opção **CORRETA**:

(A) O advogado deve declarar ao mandante o motivo da renúncia do mandato judicial.

(B) O advogado pode recusar requerimento de seu cliente solicitando-lhe atuação em conjunto com outro advogado no exercício da defesa.

(C) Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

(D) Os advogados e a respectiva sociedade profissional por eles integrada devem receber, individualmente, poderes para representar seu cliente no foro em geral.

04. Marque a opção **CORRETA**. Segundo o Código de Ética e Disciplina da OAB, o advogado pode

- (A) oferecer seus serviços profissionais pelo rádio ou pela televisão.
- (B) enviar, por *e-mail*, informações a respeito de seus serviços profissionais e boletins informativos sobre legislação a pessoas que não as solicitaram.
- (C) indicar, por meio de adesivo colado em seu carro, nome e endereço de seu escritório.
- (D) indicar, em seu cartão de apresentação profissional, título obtido em pós-graduação correspondente a determinado ramo do Direito.

05. Marque a opção **CORRETA**. O advogado pode

- (A) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, quando esses estiverem presos, ainda que considerados incomunicáveis.
- (B) entender-se diretamente com a parte contrária sem o consentimento de seu patrono, quando constituído.
- (C) participar de assembléia ou reunião à qual compareça ou possa comparecer o seu cliente, desde que tenha poderes para representá-lo no foro em geral.
- (D) expor os fatos em juízo falseando deliberadamente a verdade.

06. Marque a opção **CORRETA**:

- (A) A sociedade de advogados é sociedade comercial.
- (B) A fim de que adquira personalidade jurídica, a sociedade de advogados deve ser registrada na OAB, para fins de fiscalização, e no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (C) A sociedade de advogados pode adotar nome de fantasia.
- (D) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que essa possibilidade esteja prevista no ato constitutivo.

07. É **CORRETO** afirmar que a Caixa de Assistência dos Advogados

- (A) não tem personalidade jurídica própria.
- (B) pode, em benefício dos advogados, promover seguridade complementar.

(C) em caso de sua extinção ou de sua desativação, terá seu patrimônio incorporado ao do Conselho Federal da OAB.

(D) adquire personalidade jurídica mediante registro de seu Estatuto no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

08. Marque a opção **INCORRETA**. É da competência privativa do Conselho Seccional da OAB

(A) criar Subseções, mediante prévia autorização do Conselho Federal da OAB.

(B) realizar o exame de ordem e decidir dos pedidos de inscrição em seus quadros de advogados e estagiários.

(C) determinar, com exclusividade, critérios para os trajés dos advogados no exercício profissional.

(D) editar seu Regimento e Resoluções, bem como manter cadastro de seus inscritos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Relativamente à argüição de descumprimento de preceito fundamental, marque a opção **INCORRETA**:

(A) Trata-se de modalidade de controle concreto da constitucionalidade, visando à defesa de direitos subjetivos.

(B) Tem como objeto a controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo que pode ser federal, estadual ou municipal.

(C) Pode ser proposta por todos aqueles que têm legitimidade ativa para propor as demais ações diretas versando sobre inconstitucionalidade.

(D) Admite a concessão de medida liminar, tendo a decisão final eficácia contra todos.

10. Relativamente às vedações ao Ministério Público, é **INCORRETO** afirmar que o Promotor de Justiça:

(A) em hipótese alguma, pode receber honorários, percentagens ou custas processuais.

(B) mesmo em disponibilidade, somente pode exercer um outro cargo, de professor.

(C) somente pode advogar se for em causa própria e em processo em que figure como réu.

(D) pode ser acionista de sociedade comercial.

11. O art. 5.º da Constituição Federal de 1988, inciso XIII, determina que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Quanto à sua aplicabilidade, a norma constitucional acima transcrita é

(A) programática, porque estabelece um princípio constitucional que somente poderá ser aplicado após elaboração da lei complementar que a limite.

(B) de eficácia plena, porque a lei infraconstitucional jamais poderá restringir ou limitar tal direito individual que é cláusula pétrea.

(C) de eficácia limitada, porque somente poderá ser aplicada quando for elaborada a lei ordinária a que se refere a norma transcrita.

(D) de eficácia contida, porque embora possa ser imediatamente aplicada, a legislação infraconstitucional ordinária poderá vir a reduzir ou restringir o direito individual nela estabelecido.

12. Sobre o Supremo Tribunal Federal, é **CORRETO** afirmar que

(A) tem por atribuição processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra atos do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

(B) pode, em abstrato, averiguar a inconstitucionalidade de ato normativo federal.

(C) elabora a proposta orçamentária de todos os tribunais federais.

(D) julga, originariamente, ação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.

13. Atualmente, no processo legislativo, a denominada sanção tácita ocorre

(A) na falta de apreciação de um projeto de lei por qualquer deputado ou senador.

(B) na falta de apreciação, em 15 dias, pelo Presidente da República.

(C) na falta de manifestação expressa do Presidente do Congresso Nacional.

(D) pelo decurso do prazo de 45 dias, em qualquer fase legislativa.

14. São remédios constitucionais de caráter preventivo e repressivo simultaneamente:

(A) *Habeas Corpus*, Mandado de Injunção e Ação Popular.

(B) Mandado de Segurança, *Habeas Data* e Mandado de Injunção.

(C) Ação Popular, *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança.

(D) Mandado de Injunção, Ação Popular e *Habeas Data*.

DIREITO COMERCIAL

15. Sobre as sociedades simples, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) constituem um tipo de sociedade personificada, pois seus sócios são, necessariamente, pessoas físicas.
- (B) não é necessário requerer sua inscrição no órgão de registro competente.
- (C) é nula a cláusula do contrato social que exclua qualquer dos sócios de participação em seus lucros ou perdas.
- (D) terão sempre prazo determinado de duração.

16. Quanto aos requisitos, é **INCORRETO** afirmar que o contrato social da sociedade simples deve:

(A) indicar, expressamente, em moeda corrente, o capital da sociedade, vedada a contribuição em bens, ainda que suscetíveis de avaliação pecuniária.

(B) apresentar a identificação dos sócios da sociedade, entre os quais podem estar pessoas jurídicas.

(C) nomear os administradores da sociedade, com a indicação necessária de seus poderes e atribuições.

(D) fazer referência às contribuições dos sócios para a sociedade, permitida a que consista em prestação de serviços.

17. Com relação à sociedade anônima, assinale a opção **INCORRETA**:

(A) A responsabilidade do acionista é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

(B) As ações ordinárias de companhias abertas devem ser sempre de mesma classe e as preferenciais podem ser de classes diversas.

(C) As ações em que se divide o seu capital podem ser nominativas e endossáveis, não mais sendo possível a emissão de ações ao portador.

(D) É sempre uma sociedade empresária.

18. Com relação às assembleias-gerais das sociedades anônimas, pode-se afirmar, **EXCETO**:

(A) A assembleia-geral ordinária e a assembleia-geral extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.

(B) Os prazos de convocação das assembleias-gerais das companhias abertas e fechadas são iguais.

(C) A assembleia-geral ordinária deve se realizar dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social.

(D) A ata da assembleia-geral ordinária pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos.

19. Um cheque emitido em Belo Horizonte, em 5 de fevereiro de 2003, foi apresentado ao banco sacado em 14 de março de 2003. Devolvido por ter sido sustado pelo emitente, instruiu uma execução distribuída em 14 de abril de 2004 e que será agora embargada. Poderá ser alegado nos embargos que:

(A) a prescrição do título ocorre em 30 dias a partir da emissão, se a praça de pagamento do cheque é Belo Horizonte, mais seis meses.

(B) a prescrição do título, ocorre em 30 dias a partir da emissão, se a praça de pagamento do cheque é diversa de Belo Horizonte, mais seis meses.

(C) o fato de o título ter sido sustado retira o caráter executivo do título de crédito.

(D) o fato de o título ter sido apresentado ao banco sacado fora do prazo retira o caráter executivo do título de crédito.

20. Assinale a opção **CORRETA**. Em uma venda a prazo,

(A) a emissão da duplicata mercantil está condicionada à emissão da fatura correspondente.

(B) poderá ser emitida uma duplicata mercantil para várias faturas.

(C) para cada fatura só poderá ser emitida uma duplicata mercantil.

(D) poderão ser emitidas tantas duplicatas mercantis quantas desejarem as partes, ainda que não se emita qualquer fatura.

21. Uma empresa comercial tem seu principal estabelecimento em Governador Valadares e filiais nas cidades de Ipatinga e Pouso Alegre. Qual o foro competente para se requerer a declaração de sua falência?

(A) Governador Valadares

(B) Ipatinga ou Pouso Alegre

(C) Governador Valadares ou Ipatinga ou Pouso Alegre

(D) O foro do credor onde se deu o negócio subjacente.

22. Contra a decisão que deferir o processamento da concordata preventiva, qual o recurso cabível?

(A) Agravo de instrumento

(B) Apelação

(C) Embargos

(D) Nenhum recurso

DIREITO DO TRABALHO

23. Em relação à prescrição e à decadência, no Direito do Trabalho brasileiro, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o prazo prescricional para ajuizamento da ação de inquérito para apuração de falta grave é de 30 (trinta) dias, contado da suspensão do empregado.
- (B) o prazo prescricional pode ser interrompido, mas apenas 1 (uma) única vez.
- (C) o prazo decadencial não se interrompe.
- (D) não corre prazo prescricional contra o empregado menor.

24. Em relação ao trabalho em tempo parcial, segundo a lei, é **CORRETO** afirmar que os empregados sob o regime de tempo parcial,

- (A) não poderão prestar horas extras.
- (B) poderão prestar 2 horas extras por dia, respeitado o limite de 25 horas de trabalho semanais.
- (C) poderão prestar 2 horas extras por dia, respeitado o limite de 40 horas de trabalho semanais.
- (D) não têm jornada de trabalho tipificada em lei.

25. Assinale a opção **INCORRETA**. É portador de estabilidade provisória no emprego, o empregado eleito membro titular

- (A) da co-gestão da empresa.
- (B) da diretoria do sindicato.
- (C) de cargo de direção de CIPA, representante dos empregados.
- (D) da diretoria de cooperativa de crédito de empregados da respectiva empresa empregadora.

26. Consoante entendimento jurisprudencial majoritário atual do Tribunal Superior do Trabalho, marque a opção **INCORRETA**:

- (A) A indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, quando da extinção do contrato.

(B) É assegurado ao professor o pagamento dos salários no período de férias escolares. Se despedido sem justa causa ao terminar o ano letivo ou no período das férias, faz jus aos referidos salários.

(C) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

(D) O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.

27. Quando da extinção do contrato a termo, pelo implemento deste, cumpre ao empregador pagar, no acerto rescisório, o saldo de salário, as férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e

(A) a gratificação natalina proporcional.

(B) a gratificação natalina proporcional e indenização de 40% do FGTS.

(C) a gratificação natalina proporcional e aviso prévio.

(D) a gratificação natalina proporcional, aviso prévio e indenização de 40% do FGTS.

28. Sobre os recolhimentos pecuniários mensais constitutivos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), é **CORRETO** afirmar que são

(A) imperativos, desde a Constituição Federal de 1988, com relação aos empregados urbanos, rurícolas e domésticos.

(B) facultativos, segundo a Constituição Federal de 1988, com relação aos trabalhadores avulsos.

(C) facultativos, segundo a Lei 8.036/90, com relação aos diretores não empregados.

(D) imperativos, desde a Constituição Federal de 1988, com relação aos trabalhadores avulsos e autônomos.

29. Sobre as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pela Lei 9.958/2000, é **CORRETO** afirmar:

(A) Os representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, exceto os suplentes, gozam de garantia de emprego até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

(B) A Comissão de Conciliação Prévia somente poderá ser instituída no âmbito da empresa, tendo o mínimo de três e o máximo de dez componentes.

(C) A lei que disciplina a Comissão de Conciliação Prévia prevê que a demanda trabalhista seja a ela submetida se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no

âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

(D) Havendo na mesma localidade, e para a mesma categoria, comissão de empresa e comissão sindical, o empregado deverá submeter sua demanda à comissão do seu sindicato de classe.

30. Sobre a greve, é **CORRETO** afirmar que os empregados

(A) não estão obrigados a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

(B) têm faculdade de comunicar aos empregadores a decisão da greve em serviços ou atividades que sejam essenciais à comunidade.

(C) têm direito de receber salário relativo ao período de greve não abusiva, já que, nesta hipótese, há interrupção do contrato de trabalho.

(D) têm direito de decidir sobre a oportunidade de exercer a greve em serviços ou atividades essenciais, desde que respeitem os requisitos previstos em lei.

31. Quanto à organização sindical no Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

(A) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas, ao Poder Público, interferência e intervenção na organização sindical.

(B) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura a unicidade sindical.

(C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, salvo em questões administrativas.

(D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

32. Considerando que 1 é ato vinculado e 2 é ato discricionário, marque a seqüência **CORRETA** quanto às situações abaixo:

- () Demissão de servidor público pela prática de ato de improbidade administrativa.
 - () Exoneração de servidor titular de cargo de recrutamento amplo.
 - () Aplicação de multa de trânsito por excesso de velocidade.
 - () Deferimento de licença a servidor público federal para tratar de assuntos particulares.
 - () Aposentadoria compulsória de servidor público.
- (A) 2 - 1 - 2 - 1 - 2
- (B) 1- 2 - 2 - 1 - 2
- (C) 1 - 2 - 1 - 2 - 1
- (D) 1 - 2 - 1 - 1 - 1

33. Sobre as formas de intervenção do Estado na propriedade privada, marque a opção **CORRETA**.

(A) Servidão administrativa é uma espécie de limitação administrativa, afetando a propriedade por uma disposição genérica e abstrata de não-fazer.

(B) Tombamento de ofício é aquele que incide sobre bens públicos de qualquer esfera federativa.

(C) O tombamento provisório ocorre com a notificação do proprietário e produz os mesmos efeitos do definitivo, com eficácia para efeito de transcrição no Registro de Imóveis.

(D) Podem ser sujeitos ativos da declaração expropriatória por utilidade pública a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios, as autarquias, as fundações, as concessionárias e as permissionárias de serviço público.

34. Sobre o regime de licitações públicas, previsto na Lei n.º 8.666/93, é **CORRETO** afirmar que:

(A) Adota-se como critério geral para a definição das modalidades licitatórias o valor estimado da contratação.

(B) Não se subordinam ao regime da Lei n.º 8.666/93 os fundos especiais e as fundações públicas.

(C) O foro para a solução de controvérsias em qualquer licitação será o da sede da Administração Pública promotora do certame.

(D) Existe modalidade licitatória que permite a abertura das propostas comerciais antes da abertura dos documentos de habilitação.

35. Em determinado município, são exonerados “X” funcionários estáveis para fins de cumprimento dos limites de dispensa com pessoal. É **CORRETO** afirmar que, em consequência, os cargos que ocupavam serão

(A) considerados extintos, vedada a criação de cargos, empregos ou funções com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 4 (quatro) anos.

(B) declarados desnecessários pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, vedado seu provimento a qualquer título nesse período.

(C) mantidos vagos pelo prazo de 4 (quatro) anos, vedada a contratação temporária para o exercício de atribuições iguais ou assemelhadas.

(D) transformados em empregos temporários pelo prazo de 4 (quatro) anos.

36. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é **CORRETO** afirmar que

(A) o exercício das funções do servidor público com abuso de poder exclui a responsabilidade objetiva do Estado.

(B) o prejuízo causado por agente público temporário não faz surgir, para o Estado, a obrigação de indenizar, dada a inexistência do vínculo permanente entre o agente e a pessoa estatal.

(C) a reparação de dano causado pela ação ou omissão do agente público não pode ser obtida mediante processo administrativo, em face do princípio da indisponibilidade do interesse público.

(D) a omissão no serviço público de que resulte dano a terceiro suscita a responsabilidade do Estado na modalidade subjetiva.

37. Considere, da Lei Federal que dispõe sobre o processo administrativo, as previsões seguintes:

I - Os atos que apresentam defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração.

II - Constitui critério do processo a impulsão de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.

III - É vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

As normas acima relacionadas (I, II, III) traduzem, no âmbito do processo administrativo, respectivamente, manifestações ou decorrências diretas dos princípios:

(A) do informalismo, da ampla defesa e da oficialidade.

(B) da eficiência, da ampla defesa e da economia processual.

(C) do informalismo, da eficiência e da oficialidade.

(D) da segurança jurídica, da oficialidade e da proporcionalidade.

38. A respeito da delegação de serviços públicos, marque a opção **CORRETA**:

(A) A concessão de serviço público precedida de obra pública reflete a delegação, a título precário, da prestação de serviço público, mediante licitação, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho.

(B) Nos termos da Lei Federal que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, não caracteriza descontinuidade do serviço público a interrupção em situação de emergência, após prévio aviso, quando motivada por razões técnicas ou de segurança das instalações.

(C) A concessão pode ser extinta em face de decisão unilateral da concessionária, desde que mediante prévia comunicação ao poder concedente.

(D) A intervenção do poder concedente na concessionária deverá ser precedida de autorização judicial.

DIREITO INTERNACIONAL

39. Em matéria de Direito Processual Internacional, é **CORRETO** afirmar que:

(A) os juízes federais brasileiros de primeira instância são competentes para processar e julgar as causas entre pessoa domiciliada no Brasil e Estado estrangeiro.

(B) o Poder Judiciário Brasileiro não tem competência para processar e julgar ações movidas em face de Estados estrangeiros.

(C) Estados soberanos podem interpor ações judiciais entre si, exclusivamente, perante Tribunais Internacionais ou órgãos de solução de controvérsias de Organizações Internacionais.

(D) a autoridade judiciária brasileira é absolutamente competente quando, no Brasil, tiver que ser cumprida a obrigação.

40. Para que uma sentença judicial, proferida no exterior, possa ser executada no Brasil, é necessário que

(A) o Brasil tenha celebrado tratado sobre reconhecimento de sentenças estrangeiras com o país tenha sido proferida.

(B) seja previamente homologada pelo juiz da comarca onde será processada a sua execução.

(C) não ofenda a ordem pública do Brasil.

(D) tenha sido proferida segundo a lei material brasileira.

41. Segundo o direito brasileiro, a validade da hipoteca de imóvel situado no Uruguai, dado em garantia de um contrato de mútuo celebrado no Brasil, entre um mutuário argentino e um mutuante brasileiro, rege-se pelas leis:

(A) do Brasil, onde o contrato de mútuo foi celebrado.

(B) da Argentina, onde o mutuário tem domicílio.

(C) do país que for escolhido pelas partes de comum acordo.

(D) do Uruguai, onde se situa o imóvel.

42. Instituído pelo Estatuto de Roma de 1998, o Tribunal Penal Internacional tem as seguintes competências, **EXCETO**

(A) julgar indivíduos nacionais de Estados que ratificaram o documento de sua criação.

(B) julgar Estados cujos chefes praticaram crimes de geneocídio.

(C) julgar indivíduos por crimes considerados lesivos à humanidade.

(D) processar nacionais de Estados que não ratificaram o documento de sua criação.

43. É CORRETO afirmar que, no ordenamento jurídico brasileiro, um tratado internacional

(A) só pode ser ratificado pelo Chefe do Poder Executivo Federal na hipótese de haver sido por ele assinado.

(B) submete-se à aprovação do Congresso Nacional e à ratificação do Presidente da República.

(C) pode ser ratificado pelo Presidente do Congresso Nacional.

(D) excepcionalmente, necessita de aprovação congressual.

44. Com relação ao Mercosul, é CORRETO afirmar que:

(A) o tratado internacional que o instituiu teve como objetivo final a implementação de área de livre comércio.

(B) as medidas de integração a serem efetivadas levam em consideração a assimetria econômica dos Estado membros.

(C) por questões de soberania, as medidas a serem efetivadas não incluem a coordenação das políticas econômicas dos Estados membros.

(D) por ainda estar em fase de implementação, não detém personalidade jurídica.

DIREITO PENAL

45. Com relação ao Tempo do Crime, ou seja, momento em que se considera cometido o delito, pode-se afirmar que o Código Penal Brasileiro adota a teoria

- (A) da atividade.
- (B) do resultado.
- (C) mista.
- (D) da ubiquidade.

46. O princípio básico de direito penal que justifica a atipicidade do chamado “crime impossível” é o da

- (A) legalidade.
- (B) lesividade.
- (C) culpabilidade.
- (D) intervenção mínima.

47. Sobre o crime de infanticídio, marque a resposta **CORRETA**.

- (A) Trata-se de crime comum.
- (B) Apresenta circunstância de tempo.
- (C) O bem jurídico tutelado é a vida intra-uterina.
- (D) Admite a forma culposa.

48. Considerando que José, primário, de bons antecedentes, no entanto réu confesso de crime de furto simples (cuja pena cominada, na lei penal, é de 1 a 4 anos de reclusão, e multa) venha a ser

condenado de acordo com a técnica legal, é possível afirmar que

- (A) o juiz poderá substituir a pena de prisão por pena de prestação de serviços à comunidade, pois o crime foi cometido sem violência à pessoa.
- (B) o regime de cumprimento desta pena somente poderá ser fechado.
- (C) a aplicação da pena de multa seguirá as mesmas circunstâncias judiciais a serem observadas para a aplicação da pena de prisão.
- (D) tal pena somente poderá ser suspensa condicionalmente se a pena aplicada for superior a 3 anos.

49. Os elementos normativos do tipo são aqueles que

- (A) dispensam valoração para a apreensão do seu significado.
- (B) quando inseridos no tipo, reforçam a garantia do princípio da reserva legal.
- (C) exigem uma especial valoração para a apreensão do seu significado.
- (D) não se encontram previstos na legislação penal brasileira.

50. O roubo próprio se distingue do roubo impróprio pela seguinte característica:

- (A) o roubo impróprio não admite tentativa, enquanto o roubo próprio quase nunca se consuma, permanecendo portanto na fase da tentativa
- (B) o roubo próprio somente pode ser realizado por um determinado agente, enquanto o roubo impróprio é crime comum.
- (C) o roubo próprio equivale ao roubo simples, sem circunstância qualificadora, enquanto o roubo impróprio se refere ao latrocínio.
- (D) a violência contra a pessoa é praticada antes da subtração da coisa, como meio para subtraí-la, ou após a subtração para mantê-la na posse tranqüila do agente conforme o roubo seja próprio ou impróprio, respectivamente.

51. O “especial fim de agir” é chamado, por alguns autores, de dolo

- (A) indireto.
- (B) específico.
- (C) intensivo.

(D) genérico.

PROCESSO PENAL

52. As nulidades ocorridas depois da decisão de pronúncia, em caso de julgamento pelo Tribunal do Júri, deverão ser argüidas:

- (A) logo após anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- (B) até 3 dias da realização do julgamento.
- (C) logo após a leitura do libelo em plenário.
- (D) quando da intimação da parte para o julgamento.

53. A respeito dos direitos do acusado no processo penal, é **INCORRETO** afirmar que :

- (A) no seu interrogatório, é indispensável a presença do defensor do acusado e do Ministério Público, que poderão fazer perguntas deferidas pelo juiz.
- (B) ao acusado citado por edital que não comparece ao processo, será nomeado defensor dativo.
- (C) pode o acusado interpor recurso de apelação por mera petição, independentemente da regularização da capacidade postulatória.
- (D) o acusado preso processualmente deve ser citado pessoalmente.

54. Negado *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça, o advogado impetrante quer recorrer para o Tribunal competente. Na hipótese, cabível:

- (A) Recurso Extraordinário ao STF.
- (B) Recurso Especial ao STJ.
- (C) Mandado de Segurança ao STF.
- (D) Recurso Ordinário ao STJ.

55. Um policial militar e um policial civil, em concurso, são acusados de cometer crime de homicídio doloso, tendo atingido uma vítima que estava passando pela rua . Quanto ao juízo competente para processá-los é **CORRETO** afirmar que:

- (A) o policial civil será processado no Tribunal do Júri e o policial militar na Justiça Militar.
- (B) os policiais serão julgados, juntos, no Tribunal do Júri.
- (C) os policiais serão julgados, juntos, no Tribunal de Justiça.
- (D) o policial civil será julgado pela Corregedoria de Polícia e o policial militar pela Justiça Militar.

56. É **CORRETO** afirmar que compete

- (A) à justiça federal processar e julgar contravenções penais praticadas em detrimento de bens da União.
- (B) à justiça comum processar e julgar crimes cometidos pelos militares.
- (C) ao Tribunal do Júri processar e julgar todos os crimes contra a vida.
- (D) ao Juizado Especial Criminal a conciliação e o julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo.

57. A respeito dos procedimentos definidos no Código de Processo Penal e leis extravagantes, é **CORRETO** afirmar que, no procedimento

- (A) comum, o juiz poderá deferir a realização de diligências requeridas pelas partes, finda a inquirição de testemunhas, no prazo de 24 horas, primeiro para o Ministério Público ou querelante, após 24 horas para a defesa.

(B) do Tribunal do Júri, somente os jurados podem desclassificar o crime doloso contra a vida, para outro da competência do juiz singular.

(C) sumário, não se admite a participação do assistente da acusação em audiência.

(D) sumaríssimo, definido pela Lei 9.099/95, o interrogatório do acusado é o primeiro ato da instrução criminal.

58. O Código de Processo Penal faculta ao Ministério Público:

(A) interpor embargos infringentes, se houver voto vencido desfavorável à acusação.

(B) requerer revisão criminal, no caso de novas provas desfavoráveis ao condenado.

(C) impetrar *habeas corpus*.

(D) protestar por novo júri.

DIREITO TRIBUTÁRIO

59. Marque a opção que **NÃO** apresenta, nos termos da Constituição de 1988, um critério aplicável ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza:

(A) generalidade.

(B) seletividade.

(C) universalidade.

(D) progressividade.

60. Marque a opção que NÃO apresenta uma imunidade constitucional:

- (A) exportação de produtos industrializados, em qualquer hipótese, em face do IPI.
- (B) exportação de serviços em relação ao ISS.
- (C) exportação de mercadorias em relação ao ICMS.
- (D) incorporação de bens ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, se o objeto social desta for a prestação de serviços de consultoria jurídica, em relação ao ITBI.

61. A empresa JC Ltda. praticou, em 1.º de fevereiro de 1998, fato gerador de imposto sujeito a lançamento de ofício. Marque, a seguir, a alternativa que contém o último dia do prazo para que a fazenda pública efetue o lançamento, segundo o Código Tributário Nacional:

- (A) 1.º de fevereiro de 2003.
- (B) 31 de dezembro de 2004.
- (C) 31 de dezembro de 2003.
- (D) 1.º de fevereiro de 2004.

62. Acerca da responsabilidade tributária, nos termos definidos pelo Código Tributário Nacional, marque a opção INCORRETA:

- (A) a empresa incorporadora sucede a incorporada em relação aos tributos não quitados por esta.
- (B) o adquirente de bem imóvel responde pelos tributos incidentes sobre este, originalmente devidos pelo alienante, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- (C) é pessoalmente responsável o espólio pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- (D) os pais são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores.

63. Segundo a Constituição de 1988, NÃO HÁ a incidência do ICMS na

- (A) comercialização de energia elétrica pela CEMIG para as entidades religiosas.
- (B) venda de mercadorias por distribuidor de alimentos para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- (C) venda de ouro, enquanto ativo financeiro.

(D) importação de veículos automotores por pessoa física, ainda que não contribuinte do imposto e que a importação ocorra sem habitualidade.

64. A sociedade agrícola MJM Ltda. adquiriu o estabelecimento comercial da sociedade JZP Empreendimentos Ltda. e passou a explorar sua atividade empresarial. Diante disso, marque a opção **CORRETA**. A sociedade agrícola MJM Ltda será

(A) integralmente responsável se o alienante cessar a exploração do comércio.

(B) subsidiariamente responsável se o alienante cessar a exploração do comércio.

(C) integralmente responsável se o alienante prosseguir na exploração da atividade.

(D) subsidiariamente responsável com o alienante na hipótese de este iniciar, dentro de 1 (hum) ano a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio.

65. Sobre a ação monitória, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) Os embargos suspendem a eficácia do mandado inicial.
- (B) Pode ser manejada por aquele que pretender pagamento de soma em dinheiro, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo.
- (C) Os embargos são processados nos autos principais pelo rito ordinário.
- (D) O oferecimento dos embargos depende de prévia segurança do juízo.

66. A respeito da citação no processo de conhecimento, é **CORRETO** afirmar que

- (A) realiza-se, via de regra, por oficial de justiça.
- (B) a citação do incapaz é feita por carta com aviso de recepção, que deve ser entregue pessoalmente ao seu representante legal.
- (C) se realizada fora da comarca em que tramita o processo, depende necessariamente de carta precatória.
- (D) feita a citação por hora certa, o escrivão enviará ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe de tudo ciência.

67. Sobre o procedimento sumário, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a falta de apresentação de rol de testemunhas na petição inicial não implica preclusão.
- (B) admite a intervenção fundada em contrato de seguro.
- (C) é incompatível com a prova pericial, uma vez que a necessidade desta sempre faz presumir demanda complexa.
- (D) a contestação deve ser apresentada necessariamente em petição escrita, dirigida ao juiz da causa.

68. Juca Cipó ajuizou ação perante o Juizado Especial Cível, objetivando indenização por danos morais. Na audiência de instrução e julgamento, o juiz indeferiu a produção da prova testemunhal. Diante dessa decisão, qual o recurso cabível?

- (A) Apelação, no prazo de 15 dias.
- (B) Agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.
- (C) Agravo retido, no prazo de 10 dias.
- (D) Recurso inominado, no prazo de 10 dias contados da ciência da sentença.

69. Sobre os embargos de devedor, marque a opção **INCORRETA**.

(A) A Fazenda Pública, na execução por quantia certa que lhe é movida, será citada para opor-se a eles ou nomear bens a penhora.

(B) Em se tratando de execução de título judicial por carta, a competência para julgamento dos embargos que versam, exclusivamente, sobre nulidade da citação do revel no processo de conhecimento é do juízo deprecante.

(C) Na execução das obrigações de fazer ou de não fazer, os embargos serão opostos no prazo de 10 (dez) dias contados da juntada aos autos do mandado de citação.

(D) Na execução fundada em título extrajudicial, é lícito ao devedor alegar qualquer matéria de defesa.

70. O poder geral de cautela é o

(A) mesmo que contracautela.

(B) poder do juiz de deferir as medidas cautelares atípicas.

(C) poder do juiz de conceder antecipação de tutela.

(D) mesmo que juízo de retratação.

71. Sobre os recursos no processo civil, é **CORRETO** afirmar que

(A) o recurso adesivo não é admissível nos embargos infringentes, no recurso especial e no recurso extraordinário.

(B) o recurso de apelação será recebido apenas no efeito devolutivo, quando interposto contra sentença que indefere a antecipação dos efeitos da tutela.

(C) os embargos de declaração são cabíveis quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade, contradição, dúvida ou omissão.

(D) os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de 40 dias.

72. Sobre o processo cautelar, marque a opção **INCORRETA**.

(A) A indicação da lide e seu fundamento são requisitos obrigatórios da petição inicial apenas quando a cautelar for preparatória.

(B) O prazo para contestação é de 5 (cinco) dias.

(C) O indeferimento da medida cautelar por motivo de prescrição não impede que a parte intente a ação principal nem influi em seu julgamento.

(D) A medida cautelar pode ser substituída por caução, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

DIREITO CIVIL

73. Nas manifestações de vontade, a reserva mental de não querer o que se manifestou, ignorada por seu destinatário, produz, quanto ao ato, o seguinte efeito:

(A) subsistência.

(B) nulidade.

(C) inexistência.

(D) anulabilidade.

74. Tratando-se de Direito das Sucessões, marque a opção **INCORRETA**.

(A) A companheira, quando concorrer com filhos comuns, tem direito à metade do que couber a cada um deles.

(B) O direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão por escritura pública, observado o direito de preferência do co-herdeiro.

(C) O testamento público, lavrado no cartório de notas, pode ser revogado por testamento marítimo.

(D) Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.

75. Nas obrigações negativas, o devedor é considerado inadimplente a partir

(A) de sua constituição em mora pelo credor.

(B) de sua citação.

(C) da prática do ato de que deveria se abster.

(D) do ajuizamento da ação pelo credor.

76. Pode-se dizer que a responsabilidade civil do absolutamente incapaz é espécie de

responsabilidade

- (A) solidária.
- (B) privativa.
- (C) cumulativa.
- (D) subsidiária.

77. Sobre a posse, no Código Civil, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A presunção de boa-fé que milita em favor do possuidor com justo título é *iure et de iure*.
- (B) A tolerância do proprietário não gera posse.
- (C) Pode ser adquirida pessoalmente ou através de mandatário.
- (D) É o exercício de fato de algum dos poderes inerentes à propriedade.

78. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o importador responde pela reparação dos danos causados ao consumidor por defeitos do produto

- (A) ainda que haja culpa exclusiva do consumidor.
- (B) apenas mediante comprovação de culpa grave ou gravíssima.
- (C) independentemente da existência de culpa.
- (D) somente quando houver previsão contratual da responsabilidade.

79. Sobre o Direito de Família, marque a opção **CORRETA**.

- (A) O adultério não é hipótese de impossibilidade de comunhão de vida.
- (B) A sentença de separação judicial só importará separação de corpos se houver pedido expresso neste sentido.
- (C) Se o cônjuge é incapaz, a ação de separação será proposta por qualquer interessado na dissolução da sociedade conjugal.

(D) Em linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

80. Sobre o contrato de compra e venda, marque a opção **INCORRETA**.

(A) É nulo quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

(B) Quando o contrato de compra e venda for pura, considera-se obrigatório e perfeito, desde que as partes acordem no objeto e no preço.

(C) É lícito o contrato de compra e venda entre os cônjuges, com relação a bens pertencentes à comunhão.

(D) A cláusula de reserva de domínio deve ser estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

BOA PROVA



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais

*Comissão de Exame de Ordem
Exame de Ordem
Agosto/2004*

ARQUIVO 2096
OAB - Minas Gerais 1º fase - 2º Exame 2004

GABARITO OFICIAL - 1ª ETAPA

| | | | | | | | |
|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------------|
| <i>QUESTÃO:01</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:11</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:21</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:31</i> | <i>C</i> |
| <i>Questão:02</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:12</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:22</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:32</i> | <i>C</i> |
| <i>Questão:03</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:13</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:23</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:33</i> | <i>B</i> |
| <i>Questão:04</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:14</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:24</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:34</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:05</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:15</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:25</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:35</i> | <i>ANULADA</i> |
| <i>Questão:06</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:16</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:26</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:36</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:07</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:17</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:27</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:37</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:08</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:18</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:28</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:38</i> | <i>B</i> |
| <i>Questão:09</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:19</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:29</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:39</i> | <i>A</i> |
| <i>Questão:10</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:20</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:30</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:40</i> | <i>C</i> |

| | | | | | | | |
|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|
| <i>QUESTÃO:41</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:51</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:61</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:71</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:42</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:52</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:62</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:72</i> | <i>C</i> |
| <i>Questão:43</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:53</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:63</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:73</i> | <i>A</i> |
| <i>Questão:44</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:54</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:64</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:74</i> | <i>A</i> |
| <i>Questão:45</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:55</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:65</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:75</i> | <i>C</i> |
| <i>Questão:46</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:56</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:66</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:76</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:47</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:57</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:67</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:77</i> | <i>A</i> |
| <i>Questão:48</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:58</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:68</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:78</i> | <i>C</i> |
| <i>Questão:49</i> | <i>C</i> | <i>QUESTÃO:59</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:69</i> | <i>A</i> | <i>QUESTÃO:79</i> | <i>D</i> |
| <i>Questão:50</i> | <i>D</i> | <i>QUESTÃO:60</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:70</i> | <i>B</i> | <i>QUESTÃO:80</i> | <i>C</i> |

BELO HORIZONTE, 24 DE AGOSTO DE 2004

**ANTÔNIO MARCOS NOHMI
PRESIDENTE DA CEO/OAB/MG**